

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC)**

**SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX)**

**DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL (DECOM)**

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília/DF, 70053-900, Brasil

Telefone: (+55 61) 2027-7770 – [decom@mdic.gov.br](mailto:decom@mdic.gov.br)

**QUESTIONÁRIO DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA**

Revisão acelerada do direito compensatório aplicado às importações brasileiras de filmes PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da República da Índia.

Processos SEI nº 19972.102864/2023-09 (restrito) e nº 19972.102863/2023-56 (confidencial).

Contato: (+55 61) 2027-7700 ou [filmespet.revacelerada@mdic.gov.br](mailto:reccorposmoedorescvd@mdic.gov.br)

# INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este questionário tem por objetivo reunir informações necessárias à revisão acelerada do direito compensatório aplicado às importações brasileiras de filmes PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da República da Índia.
2. A revisão acelerada destina-se a determinar o montante individual de subsídio para produtor ou exportador que não tenha sido individualmente investigado na investigação que aplicou ou revisou direito compensatório em vigor. A produtora indiana de filmes PET indicada no Apêndice I, SRF Limited (doravante também peticionária), peticionou junto ao DECOM a revisão em epígrafe. Para tal, apresentou resposta completa ao questionário do produtor da revisão anterior de filme PET, a qual prorrogou o direito compensatório objeto desta revisão acelerada.
3. Neste contexto, a não ser quando solicitado de outra forma, este questionário solicita ao Governo da República da Índia (doravante Governo da Índia ou GOI) informações acerca de subsídios supostamente concedidos para a peticionária.
4. A investigação de subsídios abrange programas concedidos por quaisquer níveis de governo (central, federal, estadual, provincial, distrital, municipal, local ou qualquer outra subdivisão existente no país). **Portanto, em todo o questionário, leia-se por “governo”, o Governo da Índia, em todos os seus níveis**. A resposta da empresa ao questionário deverá considerar programas de subsídio de todos os níveis de governo.
5. Também estão incluídos no conceito de “governo” abarcado nas perguntas deste questionário as empresas públicas e demais entidades que se enquadram no conceito de “órgãos públicos” conforme art. 20 da Portaria SECEX nº 172, de 2022.
6. **O governo é responsável por consolidar e enviar as respostas para todos os níveis de governo – central, provinciais e locais**, bem como quaisquer informações das empresas públicas e órgãos públicos. O GOI é responsável por enviar tempestivamente essas respostas ao DECOM. Todas as leis, regulamentos e outros materiais descritivos que complementam a resposta devem ser enviados na mesma data da resposta inicial.
7. Independentemente da apresentação de argumentos da peticionária desta revisão acelerada ou das demais partes interessadas, sobre a possibilidade de os programas listados a seguir estarem sujeitos a medidas compensatórias, as perguntas abaixo devem ser respondidas integralmente por parte do GOI, nos termos do parágrafo único do art. 112 do Decreto nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, exceto se instruído de outra forma.
8. Além das instruções contidas neste questionário, devem ser observadas as orientações e as informações presentes na notificação relativa ao início da investigação e na Circular SECEX que deu início à investigação.
9. A resposta a este questionário deve ser capeada por documento assinado por pessoa que tenha poderes para atuar em nome do GOI, conforme modelo constante do Apêndice I.
10. Toda documentação a ser apresentada deverá sempre fazer referência ao produto objeto desta revisão acelerada e aos números dos processos indicados na capa deste questionário.
11. As respostas devem ser claras e precisas, com indicação das fontes das informações fornecidas. Quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas.
12. Nenhuma pergunta ou seção deve ser deixada sem resposta. Refira-se claramente à questão específica que está sendo respondida. Responda às questões na ordem apresentada neste questionário. Informações tabuladas devem ser fornecidas de acordo com os formatos solicitados e devem ser claramente rotuladas.
13. Qualquer informação apresentada em processos relativos a outras investigações do DECOM deve ser também apresentada no presente processo para ser considerada.
14. Para todas as fontes utilizadas na petição, citar não apenas o documento, mas também a página exata ou item relevante, de modo a possibilitar ao DECOM a análise da evidência apresentada. Para as legislações citadas, faz-se necessário apontar, tão detalhadamente quanto possível, quais dispositivos são pertinentes para comprovar a existência do subsídio mencionado.
15. Reitera-se que devem ser anexados todos os documentos citados como fontes de informação nas respostas, sem prejuízo das menções aos links das páginas acessadas e da data de acesso de cada documento. Devem, ainda, serem citados os artigos exatos de cada uma das eventuais menções à legislação na resposta.
16. Qualquer documento apresentado no âmbito da investigação somente será juntado aos autos se estiver elaborado em português ou nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio – OMC, nos termos do art. 18 da Lei nº. 12.995, de 18 de junho de 2014.
17. As traduções para o português de documentos cujos originais não estejam elaborados nos idiomas supramencionados deverão ser feitas por tradutor público no Brasil, em conformidade com o art. 18 do Decreto nº. 13.609, de 21 de outubro de 1943.
18. No caso de documentos elaborados em idiomas estrangeiros para os quais não haja tradutor público no Brasil, serão aceitas nos autos confidenciais e restritos traduções para o idioma português efetuadas pela representação oficial do país exportador no Brasil, considerado o país de origem ou de exportação que é parte interessada em processo de defesa comercial, desde que acompanhadas de comunicação oficial atestando a autoria, fidedignidade e exatidão da tradução. O art. 433 da Portaria Secex nº 172, de 2022, traz demais disposições sobre apresentação de documentos em línguas estrangeiras.
19. Conforme o art. 18 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, no caso de documentos elaborados em idiomas estrangeiros para os quais não haja tradutor público no Brasil, serão aceitas traduções para o idioma português efetuadas pela representação oficial da origem exportadora no Brasil, desde que acompanhadas de comunicação oficial atestando a autoria da tradução.
20. As unidades de medida e as unidades monetárias empregadas nas tabelas, listas e cálculos deverão ser identificadas claramente e utilizadas de forma consistente em todas as respostas.
21. O DECOM poderá conduzir verificações *in loco* para examinar os registros do governo e da empresa peticionária e comprovar as informações fornecidas. Planilhas e documentos auxiliares utilizados na elaboração da resposta ao questionário devem ser preservados, para fins destas verificações*.*
22. Informações apresentadas em caráter confidencial deverão estar acompanhadas de fundamentação adequada para o pedido de confidencialidade e de resumo não confidencial das informações julgadas confidenciais. A impossibilidade de se apresentar resumo não confidencial deverá ser devidamente justificada.
23. Tanto as justificativas quanto o resumo não confidencial deverão constar da versão restrita da resposta ao questionário.
24. A versão confidencial da resposta ao questionário, assim como outras informações confidenciais, deverá conter a expressão **CONFIDENCIAL** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, em cor vermelha.
25. A versão restrita da resposta ao questionário deverá conter a expressão **RESTRITA** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, na cor azul.
26. Será dispensado tratamento de informação pública a todas as informações que não forem claramente identificadas como confidenciais ou restritas.
27. Nos termos da Portaria SECEX nº 162, de 6 de janeiro de 2022, uma versão confidencial e uma versão restrita da resposta ao questionário deverão ser protocoladas de forma simultânea por meio de peticionamento intercorrente, respectivamente nos Processos SEI nos. 19972.102864/2023-09 (restrito) e nº 19972.102863/2023-56 (confidencial) no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>.
28. Recomenda-se que os arquivos sejam nomeados de forma curta, XX\_YYYY\_nome arquivo, sendo XX = número do arquivo (correspondendo à quantidade de arquivos enviada) e YYYY = tratamento do documento (CONF ou REST).
29. Os arquivos eletrônicos com as respostas narrativas ao questionário deverão estar no formato “.pdf” ou “docx” e as planilhas nos formatos “.xlsx” ou “.xlsb”. Os arquivos em formato “.xlsx” ou “xlsb” deverão ser submetidos compactados dentro de arquivos eletrônicos no formato “.zip”, uma vez que o SEI aceita apenas os arquivos eletrônicos nos formatos “.pdf” e “.zip” de até 30 (trinta) MB.
30. Os arquivos com tamanho superior a 30 (trinta) MB devem ser particionados.  Planilhas em formato “.xlsx” podem ser apresentadas no formato “.xlsb”, reduzindo seu tamanho. Recomenda-se a utilização da ferramenta de particionamento de documentos criada pelo DECOM. Neste sentido, fazemos referência ao Guia do SEI, que, a partir da página 16, explica o funcionamento da ferramenta. O guia pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/arquivos/guias/copy_of_GuiaSDDSEIFinal.pdf>
31. Na preparação dos dados, sobretudo em tabelas no formato “.xlsx”, os campos alfabéticos devem ser alinhados à esquerda e os campos numéricos à direita.
32. As datas devem ser formatadas como campo de data, e não como campo alfabético, no formato 12/34/5678, sendo: posições 1 e 2 iguais a *dia*, posições 3 e 4 iguais a *mês*, posições 5 a 8 iguais a *ano*.
33. Dados correspondentes a valores monetários devem ser preenchidos separando-se os milhares por ponto e os centavos por vírgula. Exemplo: 2.550,30.
34. Todos os campos devem ser preenchidos. Caso não haja resposta para campos numéricos, digitar o número zero; caso não haja resposta para campos alfanuméricos, digitar as palavras “nenhum”, “não aplicável” ou “não disponível”, conforme o caso, explicando a razão.
35. Todas as planilhas devem conter a memória de cálculo e todas as fórmulas utilizadas.
36. Sugere-se que os documentos entregues em formato “.pdf” sejam pesquisáveis. Quando digitalizados, que sejam processados preferencialmente com tecnologia OCR para possibilitar a pesquisa de conteúdo. No caso de documentos nato-digitais, recomenda-se que o conteúdo seja indexado e passível de busca.
37. De acordo com o disposto na Portaria SECEX nº 162, de 2022, e nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos processuais das investigações e procedimentos de defesa comercial deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil. Para fins de atendimento ao disposto na legislação, é suficiente que apenas a petição de juntada, desde que contenha lista de todos os documentos protocolados e anexados, seja assinada digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI.
38. O arquivo eletrônico deste questionário está disponível no sítio eletrônico deste Ministério, no seguinte endereço (Investigações de Defesa Comercial em curso): <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/investigacoes>.
39. Caso seja do interesse do governo ao longo do procedimento solicitar acesso ao processo SEI informado na capa deste documento, será necessária a regularização do representante legal do governo junto a este Departamento.
40. Conforme a legislação brasileira, o instrumento de mandato outorgado a representantes legais de governos estrangeiros deve ser outorgado pelo Embaixador no Brasil, em papel timbrado da representação diplomática do país no Brasil.
41. Informa-se que, no decurso da investigação, há sempre a oportunidade de se realizar consultas, com vistas a esclarecer os fatos e buscar uma solução mutuamente satisfatória.
42. Informa-se que serão fornecidas informações sobre o preenchimento pelo GOI dos campos dos anexos D, E, F, H, N e P em Excel, os quais correspondem aos novos programas reportados pela empresa do Apêndice I, com relação à revisão anterior de Filme PET.
43. Ressalta-se que, em atendimento ao § 1º da Portaria SECEX nº 172, de 14 de fevereiro de 2022, a peticionária desta revisão acelerada apresentou documento com o apoio expresso do Governo da Índia de que apoia o pleito, responderá o questionário e apresentará quaisquer informações solicitadas com vistas a apurar os programas e os montantes de subsídios que beneficiaram a peticionária. Neste contexto, caso o GOI não responda a este questionário, o DECOM poderá entender que não estão supridos os requisitos para realizar uma revisão acelerada, nos termos do parágrafo único do art. 112 do Decreto nº 10.839, de 18 de outubro de 2021.

# INFORMAÇÕES GERAIS

1. **Produto objeto de investigação:**

Filme biaxialmente orientado de poli(tereftalato de etileno) – PET – de espessura igual ou superior a 5 micrômetros e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona, comumente classificado nos códigos 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Recomenda-se a leitura do parecer de início, que contém informação mais detalhada acerca do produto objeto da investigação.

1. **Período de análise da existência de subsídios sujeitos a medidas compensatórias (doravante “período de análise de subsídios”):**

Outubro de 2022 a setembro de 2023.

1. **Período de vida útil média**:

Outubro de 2008 a setembro de 2023.

**SEÇÃO A.PERGUNTAS** **GERAIS**

1. Forneça o nome da pessoa que será responsável pelas informações fornecidas no presente questionário, juntamente com o cargo, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail). Essa pessoa será o contato junto ao governo brasileiro no caso de quaisquer dúvidas a respeito da resposta ao questionário e na eventual organização de visita de analistas do DECOM ao governo.
2. Forneça os nomes e endereços de todos os produtores e exportadores (incluindo *trading companies* ou outras organizações similares) do produto objeto da investigação na Índia.
3. Caso o governo da Índia, ou qualquer outra entidade pública ou privada sob controle do governo da Índia, possua qualquer participação ou direito legal de propriedade, direta ou indireta, sobre as empresas que exportaram para o Brasil o produto investigado no período de investigação, incluindo grupos que possuam empresas que exportaram ao Brasil o produto investigado, indique a porcentagem da participação do governo e qualquer outro detalhe relacionado à natureza da participação.
4. Informe se o GOI notificou à Organização Mundial de Comércio algum programa de subsídios conforme previsto no artigo 25.2 do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias no período de investigação de dano. Se a resposta for positiva, forneça cópias das notificações completas e qualquer outra notificação complementar, ou o número de distribuição desta na OMC.
5. Forneça a descrição do sistema de tributos de seu país aplicado às empresas durante o período de investigação, tanto com relação aos impostos diretos quanto aos indiretos. Forneça detalhes acerca da natureza, operação, base de cálculo e alíquotas de cada tipo de tributo aos quais as empresas da Índia estiveram sujeitas durante o período de investigação. Forneça a documentação (quaisquer leis ou regulamentos, ou parte deles), relativamente aos tributos solicitados neste item.
6. Forneça uma visão geral da política de comércio exterior de seu país, com uma descrição dos tributos incidentes sobre as operações de comércio exterior e uma descrição de cada um dos programas disponíveis. Forneça uma cópia completa do manual de procedimentos de Comércio Exterior, ou documento equivalente que diga respeito às exportações da Índia vigente desde o ano de 2016.
7. Forneça os nomes, endereços e sítios eletrônicos de todas as instituições governamentais, incluindo qualquer entidade pública ou privada sob controle do governo da Índia, que atuam no setor relacionado ao produto investigado.
8. Forneça uma lista completa de todos os bancos e instituições financeiras na Índia que são associados ao governo.
9. Forneça uma lista completa de todos os bancos e instituições financeiras na Índia que não são associados ao governo.
10. Informe se o governo concedeu algum aporte de capital às empresas ou grupos que possuam empresas que exportaram para o Brasil o produto investigado no período de investigação no período de análise da vida útil média. Em caso afirmativo, forneça a data e o montante do aporte.
11. Forneça as taxas de juros de longo (acima de um ano) e curto prazo (até 12 meses) prevalentes em seu país durante o período de análise da vida útil média, relativas a empréstimos comerciais não garantidos concedidos por bancos privados, acompanhados de publicação oficial. Discrimine as taxas de juros por tipo de empréstimo (ex.; capital de giro), e por tipo de moeda (nacional ou estrangeira).
12. Detalhe quais as condições especificadas pelo governo da Índia para a reimportação de bens exportados sob os esquemas de isenção e remissão de direitos aduaneiros.
13. Descreva a estrutura da indústria petroquímica na Índia, dando ênfase à produção de filmes PET.
14. Apresente uma breve visão do governo da Índia sobre as mudanças ocorridas de 2016 a 2023 nos mercados indiano e mundial do produto objeto da investigação, destacando as mudanças na demanda mundial e as atitudes tomadas pelo governo da Índia em contrapartida. Informe eventuais medidas do governo da Índia na composição da oferta por parte dos produtores indianos.
15. Apresente cópia completa dos planos e políticas de comércio exterior de cada estado e cidade em que a empresa identificada no Apêndice I e suas partes relacionadas ou associadas estão registradas e nos quais estão localizadas suas instalações, especialmente aqueles referentes aos Estados de Uttaranchal e Madhya Pradesh.
16. Aponte quais valores e empresas da indústria petroquímica indiana receberam recursos advindos de programas de incentivo de investimentos no período de investigação de dano.
17. O DECOM informa que, a depender da natureza do subsídio, a alocação dos benefícios recebidos é feita ao longo do tempo. No que tange aos chamados subsídios não recorrentes, embora o período de investigação seja um período recente, esta autoridade investigará alegados subsídios recebidos durante o período de tempo correspondente à vida útil média dos ativos produtivos da indústria. O questionário encaminhado aos produtores/exportadores da revisão anterior, utilizado pela peticionária desta revisão acelerada, contém seção específica para solicitação de informações acerca da vida útil média da empresa. Desse modo, é oportunizado às empresas investigadas a demonstração de sua vida útil média.

**SEÇÃO B.PROGRAMAS ESPECÍFICOS OBJETO DA INVESTIGAÇÃO**

**Programas nacionais de subsídios da Índia:**

1. Advance Authorization Scheme – AAS;
2. Export Promotion Capital Goods Scheme – EPCG;
3. Export Oriented Units – EOU;
4. Special Economic Zone – SEZ;
5. Deemed Exports;
6. Merchandise Exports from India Scheme – MEIS;
7. Duty Drawback Scheme – DDS;
8. Export Credit Schemes: Pre-shipment Packing Credit Limit – PCL;
9. Remission of Duties and Taxes on Export Products – RoDTEP;
10. Subseção 35(2AB) do Income Tax Act;
11. Subseções 35CCC/35CCD do Income Tax Act;
12. Subseção 80-IA do Income Tax Act;
13. Subseção 80-IC do Income Tax Act;
14. Status Holder Incentive Scrip – SHIS;
15. Duty Free Import Authorization – DFIA;
16. Central Capital Investment Subsidy Scheme – CCISS.

**Programas de subsídios do Estado de Madhya Pradesh, Índia:**

1. Madhya Pradesh Industrial Policy

**Outros programas de subsídios**

## **SUBSEÇÃO B.1. QUESTÕES PADRÃO**

*Essa subseção tem por objetivo obter informações relacionadas especificamente aos programas mencionados a seguir. Responder conforme solicitado. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.*

c. Special Economic Zone – SEZ

h. Remission of Duties and Taxes on Export Products – RoDTEP

i. Export Credit Schemes: Pre-shipment and Post-shipment Export Financing

j. Subseção 35(2AB) do Income Tax Act

k. Subseções 35CCC/35CCD do Income Tax Act

l. Subseção 80-IA do Income Tax Act

m. Subseção 80-IC do Income Tax Act.

q. Madhya Pradesh Industrial Policy

Para cada programa especificado acima, forneça as informações que seguem. Antes de fornecer sua resposta, copie a pergunta formulada. Numere cada questão e resposta fazendo referência primeiro à letra que designa o programa. Por exemplo: a1, a2, a3, etc, para as questões referentes ao AAS e b1, b2, b3, etc, para aquelas relativas ao EPCG, e assim por diante.

1. Forneça o nome do departamento, agência, ou entidade não governamental autorizada que administra o programa, juntamente com o nome, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico de um funcionário graduado do setor. Se houver mais de um nível governamental ou fundo envolvido, por favor, explique o papel de cada entidade (ex. organização, fonte de financiamento, administração, autoridade responsável pela aprovação). Se forem necessárias informações de outras autoridades, por exemplo, do governo estadual, encaminhe as questões para a fonte apropriada. Entretanto, é responsabilidade do governo assegurar a obtenção de uma resposta completa sobre os programas regionais da autoridade estadual/local competente.

2. Forneça uma descrição do programa, incluindo sua finalidade e a data em que foi estabelecido. Inclua uma descrição detalhada dos benefícios disponíveis sob o programa. Inclua a data em que o programa iniciou sua operação, assim como as datas de quaisquer mudanças significativas no modo de operação do programa. Esclareça se o programa estava em operação durante o período de investigação e se este continua em operação até a presente data. Esclareça se o programa é cumulativo com os demais estabelecidos na política de comércio exterior indiana vigente no período de investigação de subsídios.

3. Identifique as empresas que exportaram para o Brasil o produto objeto da investigação de investigação (incluindo todas as empresas transnacionais e quaisquer *trading companies* que exportaram o produto objeto da investigação), que participaram deste programa durante o período de investigação e, se for o caso, o número de anos precedentes. Especifique se elas solicitaram ou receberam benefícios sob este programa. Identifique para cada empresa exportadora os montantes dos benefícios recebidos durante o período de investigação, detalhando cada ocasião em que um benefício foi recebido. No caso de empréstimos, liste, por exportadora, para cada empréstimo vigente durante o período de investigação, o nome do credor, a quantidade, a duração e a moeda do empréstimo, a taxa de juros e o prazo para pagamento do empréstimo (principal e juros).

As questões a seguir dizem respeito à empresa identificada no Apêndice I. Também deve ser fornecida resposta completa a este questionário referente a cada uma das empresas relacionadas ou associadas[[1]](#footnote-2) à peticionária, quando ao menos uma das seguintes situações existir:

* + - A empresa relacionada ou associada produziu o produto objeto da investigação;
    - A empresa relacionada ou associada é a matriz ou holding de qualquer uma das empresas exportadoras;
    - A empresa relacionada ou associada fornece insumos, para uma ou mais das empresas exportadoras, usados na fabricação do produto à jusante elaborado pela empresa respondente;
    - A empresa relacionada ou associada recebeu um subsídio e o transferiu para uma ou mais das empresas exportadoras.

Se alguma destas empresas, incluindo quaisquer *trading companies* por meio das quais uma empresa exportadora exportou o produto objeto da investigação ao Brasil durante o período da investigação, solicitou, recebeu, reivindicou, acumulou ou usou a assistência sob este programa durante o período designado, deve-se responder às perguntas restantes nesta seção para o período objeto da investigação. Se nenhuma destas empresas solicitou, recebeu, reclamou, acumulou ou utilizou assistência ao abrigo deste programa durante o período designado, não devem ser respondidas as perguntas restantes nesta seção. Ressalta-se que, se este programa tiver sido encerrado, mas houver benefícios residuais ou um programa substituto tiver sido implementado, e as empresas investigadas ainda estiverem recebendo, reivindicando ou usando assistência no âmbito do programa ou se tiverem solicitado, recebido, reivindicado, acumulado ou utilizado assistência no âmbito do programa de substituição, deve-se responder a todas as perguntas restantes para assistência residual ou os programas de substituição.

4. Forneça cópias das leis, regulamentos e publicações relativos ao programa e de quaisquer relatórios internos ou externos relativos ao programa que fossem aplicáveis durante o período objeto da investigação.

5. Identifique e explique os tipos de registros mantidos pela autoridade governamental administradora do programa (por exemplo: registros contábeis, arquivos, bases de dados, autorizações orçamentárias, relatórios estatísticos para oficiais graduados, distribuição de participação ou benefícios por companhia ou setor industrial).

6. Se a assistência no âmbito do programa foi prestada por uma entidade que não seja uma entidade nacional, estadual ou local, responda às seguintes perguntas:

1. Qual é o estatuto jurídico da entidade, por exemplo, é uma entidade e/ou uma corporação governamental, instituição de crédito do governo, entidade comercial?
2. Explique como a entidade foi estabelecida e se esta opera de acordo com estatutos, decretos e/ou regulamentos. Explique os estatutos, decretos e regulamentos pertinentes nos termos dos quais a entidade foi criada e opera.
3. Qual é a base jurídica que regula a prestação de assistência da entidade no âmbito do programa? Fornecer cópias traduzidas das medidas legais pertinentes.
4. A entidade listada acima recebeu algum financiamento direto ou indireto ou apoio de uma entidade governamental? Especifique se o governo forneceu qualquer financiamento direto ou indireto com a finalidade de prover assistência ao abrigo deste programa.
5. A entidade listada acima fornece assistência ao abrigo do programa de acordo com diretrizes e/ou critérios específicos ao abrigo deste programa? Descreva essas diretrizes e/ou critérios.
6. Forneça a estrutura de propriedade de cada entidade e especifique o montante de qualquer propriedade estatal direta ou indireta durante o período da investigação (e para cada ano em que a assistência foi prestada).
7. Fornecer o(s) relatório(s) anual(is) referente(s) ao período de investigação (e para cada ano em que a assistência foi prestada), para cada entidade.
8. Quais são as principais atividades e funções de cada entidade que forneceu assistência ao abrigo do programa?
9. Explique por que a assistência sob este programa foi fornecida por essa entidade e não diretamente pelo governo.

7. Descreva os processos de solicitação e aprovação, incluindo qualquer taxa cobrada pela autoridade governamental que administre o programa. Forneça cópia de um formulário de solicitação em branco e de um documento de concessão do benefício descrevendo os critérios e condições analisados para a aprovação da solicitação. Descreva as obrigações, contratuais ou de outra natureza, tanto do GOI quanto da empresa participante do programa.

8. Forneça cópias de formulários aceitos, anexos e contratos acordados com exportadores, bem como os documentos de aprovação da autoridade pertinente.

9. Arrole as taxas cobradas ou despesas incorridas pelos exportadores para participarem do programa.

10. Descreva detalhadamente os critérios de elegibilidade que devem ser preenchidos para o recebimento dos benefícios do programa. Apresente a legislação que detalha os critérios de elegibilidade para o programa. Aponte se a elegibilidade foi ou atualmente é condicionada a um ou mais dos seguintes critérios:

1. ser (ou não ser) empresa exportadora ou comprometer-se com o aumento de suas exportações;
2. o uso de maquinário ou matéria-prima domésticos em detrimento de produtos estrangeiros;
3. a indústria à qual a companhia pertence;
4. o tamanho da empresa (p.e. pequena empresa ou média empresa), sendo necessário, nesse caso, apresentar a legislação que define tal enquadramento segundo o tamanho da empresa; ou
5. a região na qual a companhia está localizada.

11. Se, quando da aprovação dos documentos, a atividade a ser apoiada foi especificada, identifique a atividade e forneça documentação comprobatória.

12. Forneça uma lista, por indústria e por região, das empresas na Índia que participaram deste programa durante o período de investigação e nos três anos anteriores, junto com a quantidade total de benefícios recebidos por cada indústria em cada região.

13. Forneça as seguintes informações, em forma de tabela, sobre o número de empresas e indústrias beneficiárias e sobre o montante da assistência aprovada no âmbito deste programa para o ano em que uma empresa exportadora foi aprovada para assistência, bem como cada um dos três anos anteriores.

1. O montante da assistência aprovada para cada empresa exportadora, incluindo todas as *trading companies*que vendem o produto objeto da investigação;
2. O montante total da assistência aprovada para todas as empresas no âmbito do programa, segregando tal informação por indústria e por região;
3. O número total de empresas que foram aprovadas para assistência ao abrigo deste programa, segregando tal informação por indústria e por região;
4. O montante total da assistência aprovada para a indústria em que operam as empresas exportadoras, bem como os totais para todas as outras indústrias em que as empresas foram aprovadas para assistência ao abrigo deste programa. Na identificação das indústrias, use qualquer recurso ou esquema de classificação que seu governo normalmente usa para definir indústrias e classificar empresas dentro de uma indústria. Forneça as diretrizes de classificação relevantes e assegure-se de que a lista fornecida reflita níveis consistentes de classificação industrial. Identifique claramente a indústria em que as empresas exportadoras do produto objeto da investigação são classificadas.
5. Número total de empresas que solicitaram, mas tiveram recusada a assistência ao abrigo deste programa. Aponte as circunstâncias em que a negativa se deu.

14. Caso o programa tenha sido extinto, informar quando foi encerrado e em quais condições. Apresentar cópia da legislação aplicável, e da legislação do programa que o substituiu, caso aplicável. Informar ainda a última data em que uma empresa pôde solicitar benefícios sob o programa e também a última data em que uma empresa poderá receber os benefícios sob o programa.

15. Caso haja mudanças planejadas para o programa, detalhar as mudanças planejadas.

## **SUBSEÇÃO B.2.PERGUNTAS ESPECÍFICAS POR PROGRAMA**

*Essa subseção tem por objetivo obter informações relacionadas especificamente aos programas mencionados a seguir. Responder conforme solicitado. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.*

### **PROGRAMAS NACIONAIS DE SUBSÍDIOS DA ÍNDIA:**

#### **Advance Authorization Scheme – AAS**

a.1 – Quando da resposta ao item a.2, forneça cópia das Normas Padrão de Insumo Produto (*Standard Input Output Norms* – SION) pertinentes ao produto objeto da investigação. Esclareça qual base de dados e metodologia foram utilizados para determinar as SION relativas a filme PET vigentes durante o período de investigação. Se possível, apresente a memória de cálculo das normas aplicáveis ao produto objeto da investigação. Se não existirem normas SION para filme PET, forneça as normas *ad hoc* aplicáveis ou normas de declaração própria para o produto objeto da investigação.

a.2 – Esclareça se existe uma reavaliação das SION ou de qualquer outra norma *ad hoc* ou de aplicação própria relativa a filme PET, como ela é feita e com qual periodicidade.

a.3 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da investigação e em quais quantidades para o propósito do deferimento da autorização antecipada.

a.4 – Informe sobre a existência de exames adicionais (*e.g.* verificações, fiscalizações) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da investigação e em quais quantidades, quando da eventual concessão de excessivos abatimentos ou devoluções por meio de autorização antecipada. Descreva com base em quais critérios e com que periodicidade estes exames ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos assumidos.

a.5 – Especifique se os exportadores do produto investigado foram fiscalizados pelas autoridades indianas competentes durante o período de análise, ou se apresentaram solicitações ou obtiveram deferimento de extensão do prazo da obrigação de exportar concedido no AAS ou sua revalidação no período de investigação.

a.6 – Esclareça o que a legislação indiana define por “exportações presumidas”, informando, em tais casos, como se dá o pedido de autorização antecipada e o controle das operações a que aquelas se referem.

a.7 – Apresentar no Anexo C as autorizações utilizadas pela peticionária no período de investigação.

#### **Export Promotion Capital Goods Scheme – EPCG**

b.1 – Indicar no Anexo D, para a peticionária, considerando o período de vida útil média, a lista de bens de capital, componentes, e peças sobressalentes importados e adquiridos localmente sob o regime EPCG, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados, bem como o período que a empresa possui para cumprir sua obrigação de exportação sob este regime.

b.2 – No caso das autorizações do titular de uma licença EPCG optar por adquirir bens de capital no mercado indiano, esclarecer: a) quem é o responsável pelo cumprimento da obrigação de exportar; b) com base em que valores e como a obrigação de exportação é calculada, e c) em relação ao fornecedor interno, como funciona a possibilidade de opção entre a licença EPCG e a autorização antecipada para exportações presumidas.

b.3 – No caso de não cumprimento da obrigação de exportar dentro do regime EPCG, informe as consequências enfrentadas e as penalidades aplicadas à empresa. Caso tenha sido observado o descumprimento deste compromisso pela peticionária, explicite os direitos aduaneiros e as penalidades pagas por aquela à autoridade indiana pertinente.

b.4 – Forneça o calendário normal de depreciação.

b.5 – Considerando a Foreign Trade Policy vigente, esclarecer a que corresponde um *Common Service Provider* e esclarecer se de alguma forma a empresa apontada no Apêndice I se encaixa na definição.

#### **Special Economic Zone – SEZ**

c.1 – Indicar no Anexo D, considerando o período de vida útil média, a lista de bens de capital, componentes, e peças sobressalentes importados e adquiridos localmente sob o regime SEZ, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados.

c.2 – Indicar no Anexo E, considerando o período de análise da existência de subsídios, a lista de consumíveis, produtos intermediários, materiais de embalagem e matérias-primas importados e adquiridos localmente sob o regime SEZ, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados.

c.3 – Indicar no Anexo F, para o período de análise de subsídios, as dispensas de *Electricity Duty and Cess* relativas às plantas localizadas em SEZs.

c.4 – Indicar no Anexo F, considerando o período de vida útil média, as isenções de *Income Tax* usufruídas conforme a Seção 10A do *Income Tax Act*.

c.5 – Indicar no Anexo F, considerando período de análise de subsídios, as dispensas de tributos sobre serviços referentes ao regime SEZ, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos domésticos efetivamente recolhidos

c.6 – Indicar no Anexo F, considerando o período de vida útil média, as transações e transferências de bens imóveis referentes ao regime SEZ que tiveram dispensa de s*tamp duty*, indicando os valores que incidiriam normalmente e os valores efetivamente dispensados.

##### **Anexo D.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre bens de capital importados e adquiridos internamente pelo programa SEZ, além do EPCG e do EOU.**

CAMPO N. 1 - Procedência da Aquisição

Explicação Informe o local de procedência do bem de capital, conforme a legenda que segue:

1 – Insumo proveniente da Índia;

2 – Insumo proveniente de SEZs, EOUs ou semelhantes no território indiano;

3 – Insumo proveniente do exterior.

CAMPO N. 2 - Data da Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe a data da compra do bem de capital. No caso de bem de capital proveniente da Índia, informe a data da sua fatura de entrada. No caso de bem de capital proveniente de SEZ, EOU ou do exterior, informe a data do desembaraço do bem de capital importado durante o período de análise.

CAMPO N. 3 - Número do Documento de Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe o número da fatura de entrada do bem de capital em seu estabelecimento

CAMPO N. 4 - Bem de Capital Importado ou Adquirido Internamente – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do bem de capital. Se houver mais de um bem de capital associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada um

CAMPO N. 5 - Bem de Capital Importado ou Adquirido Internamente – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o bem de capital. Se houver mais de um bem de capital associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada um.

CAMPO N. 6 - Quantidade (un.)

Explicação Informe a quantidade comprada do bem de capital.

CAMPO N. 7 - Valor CIF Importação ou Aquisição Interna (US$)

Explicação Informe o valor CIF total, em dólares estadunidenses, do bem de capital comprado.

CAMPO N. 8 - Valor CIF Importação ou Aquisição Interna – Moeda Local (informar a moeda local)

Explicação Informe o valor CIF total, em moeda local, do bem de capital comprado.

CAMPO N.9 - Alíquota dos Tributos Aduaneiros ou Domésticos

Explicação Informe a alíquota total dos tributos aduaneiros ou domésticos incidentes na aquisição.

CAMPO N. 10 - Valor dos Direitos na Importação ou Aquisição Interna (informar moeda reportada)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros e demais tributos que seriam normalmente devidos na compra, caso não ocorresse o benefício fiscal.

CAMPO N. 11 - Valor dos Direitos Isentos (informar a moeda reportada)

Explicação Informe o montante total da isenção de direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra.

CAMPO N.12 - Programa de Subsídios (EPCG, EOU ou SEZ)

Explicação Informe o programa sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

1 – EPCG (preencha os campos de 15 a 19 com as informações requeridas).

2 – EOU (preencha com zero os campos de 15 a 19)

3 – SEZ (preencha com zero os campos de 15 a 19)

CAMPO N.13 - Prazo Depreciação (em meses)

Explicação Informe o prazo de depreciação do bem de capital em questão.

CAMPO N.14 - Depreciação Acelerada? (S/N)

Explicação Informe se o bem de capital sofre depreciação acelerada (S) ou não (N).

CAMPO N. 15 - Obrigação de exportação – Produto - HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o código tarifário do produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 16 - Obrigação de exportação – Produto - Descrição

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, descreva sucintamente o produto final a ser exportado. Se houver mais de um produto final associado a uma mesma obrigação de exportação, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 17 - Obrigação de exportação – Volume (t)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe a quantidade do produto final que o beneficiário do esquema EPCG se comprometeu a exportar. Se houver mais de um produto final associado, preencha uma linha para cada produto final.

CAMPO N. 18 - Obrigação de exportação – Valor FOB (US$)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o valor FOB estimado das exportações que o beneficiário da licença se comprometeu a exportar, em dólares estadunidenses.

CAMPO N. 19 - Prazo de exportação (em meses)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe o prazo final em meses para o cumprimento da obrigação de exportação vinculada à licença.

CAMPO N. 20 - Exportação presumida? (S/N)

Explicação Caso a importação do bem de capital tenha sido feita pelo EPCG, informe se a exportação é presumida (S) ou física (N).

CAMPO N. 21 - Linha de produção/planta produtiva

Explicação Indicar em qual linha de produção/planta produtiva o bem de capital foi instalado.

##### **Anexo E.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre insumos importados e adquiridos no âmbito do programa SEZ, além do EOU.**

CAMPO N. 1 - Procedência da Aquisição

Explicação Informe o local de procedência do insumo contido no produto exportado, conforme a legenda que segue:

1 – Insumo proveniente da Índia;

2 – Insumo proveniente de SEZs, EOUs ou semelhantes no território indiano;

3 – Insumo proveniente do exterior.

CAMPO N. 2 - Número do Documento de Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe o número da fatura de entrada do insumo no estabelecimento da empresa.

CAMPO N. 3 - Data da Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe a data da compra do insumo. No caso de insumos provenientes da Índia, informe a data da sua fatura de entrada. No caso de insumo proveniente de SEZ, EOU ou do exterior, informe a data do desembaraço dos insumos importados durante o período de análise.

CAMPO N. 4 - Insumo – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto. Se houver mais de um insumo associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 5 - Insumo – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto importado. Se houver mais de um insumo associado a uma mesma fatura de compra, preencha uma linha para cada produto importado.

CAMPO N. 6 - Volume adquirido (t)

Explicação Informe a quantidade comprada de insumo em toneladas.

CAMPO N. 7 - Valor CIF da Importação ou Aquisição Interna (US$)

Explicação Informe o valor CIF total, em dólares estadunidenses, do insumo comprado.

CAMPO N. 8 - Valor CIF da Importação ou Aquisição Interna – Moeda Local (informar a moeda)

Explicação Informe o valor CIF total, em moeda local, do insumo comprado.

CAMPO N. 9 - Valor dos Direitos e Tributos Incidentes na Importação ou Aquisição Interna

(informar a moeda)

Explicação Informe o valor total dos direitos aduaneiros e demais tributos que seriam normalmente devidos na compra não fosse o benefício fiscal.

CAMPO N.10 - Programa de Subsídios (EOU ou SEZ)

Explicação Informe o programa sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

1 – SEZ.

2 – EOU.

CAMPO N. 11 - Valor isento (informar a moeda)

Explicação Informe o montante total da isenção de direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra.

CAMPO N. 12 - Valor pago (informar a moeda)

Explicação Informe o montante total dos direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra efetivamente pagos pela empresa.

CAMPO N. 13 - Valor reembolsado (informar a moeda)

Explicação Informe o montante total do reembolso de direitos aduaneiros e/ou demais tributos incidentes na compra.

CAMPO N. 14 - Data Reembolso

Explicação Informe a data do reembolso dos direitos aduaneiros e tributos incidentes na compra.

##### **Anexo F.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre outros benefícios concedidos no âmbito do programa SEZ, além do EOU.**

CAMPO N. 1 - Programa (EOU ou SEZ)

Explicação Informe o programa sob o qual o benefício foi concedido à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

1 – SEZ.

2 – EOU.

CAMPO N. 2 - Data do Usufruto do Benefício

Explicação Informe a data em que o benefício foi usufruído pela empresa.

CAMPO N. 3 - Valor do Benefício Usufruído (informar moeda)

Explicação Informe o valor do benefício usufruído pela empresa.

CAMPO N. 4 - Valor do Imposto Devido (informar moeda)

Explicação Caso o benefício tenha envolvido dispensa de tributos, informe o valor que seria normalmente devido, caso não tivesse ocorrido o benefício fiscal.

CAMPO N. 5 - Valor do Imposto Pago (informar moeda)

Explicação Caso o benefício tenha envolvido dispensa de tributos, informe o montante total dos tributos efetivamente pagos pela empresa.

CAMPO N. 6 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Descrição

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva a atividade realizada pela empresa.

CAMPO N. 7 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Data

Explicação Caso tenha havido uma atividade para usufruto do benefício, descreva a data da atividade realizada pela empresa.

CAMPO N. 8 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Valor

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva seu valor.

CAMPO N. 9 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Alíquota

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva a alíquota aplicada para o cálculo do benefício.

CAMPO N. 10 - Tipo do documento comprobatório

Explicação Descreva o tipo do documento comprobatório do benefício.

CAMPO N. 11 - Número do documento comprobatório

Explicação Apresente o número do documento comprobatório do benefício.

#### **Export Oriented Units Scheme – EOU**

d.1 – Indicar no Anexo D, considerando o período de vida útil média, a lista de bens de capital, componentes, e peças sobressalentes importados e adquiridos localmente sob o regime EOU, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados.

d.2 – Indicar no Anexo E, considerando o período de análise da existência de subsídios, a lista de consumíveis, produtos intermediários, materiais de embalagem e matérias-primas importados e adquiridos localmente sob o regime EOU, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados.

d.3 – Indicar no Anexo F, para o período de análise de subsídios, outros benefícios concedidos à peticionária, relativas às plantas localizadas em EOUs.

#### **Deemed exports**

De acordo com o entendimento do DECOM, exportações presumidas são operações que detêm o status de exportação, mas cujos bens, fabricados na Índia são intermediários utilizados na fabricação dos produtos a serem exportados.

e.1 – Quando da realização de exportações presumidas, informar como o governo concede benefícios à empresa nessa condição de intermediária e quais são esses benefícios.

e.2 – Informar se o governo dispensa o pagamento de direitos aduaneiros ou tributos quando da aquisição dos insumos utilizados na fabricação dos produtos das exportações presumidas. Se sim, discrimine quais são os direitos e tributos.

e.3 – Informar qual documentação o governo exige para confirmar a realização da exportação presumida e qual documentação exige para comprovar a subsequente exportação física.

e.4 – Informar qual documentação o governo exige das empresas para confirmar a realização da exportação presumida para fins de dispensa dos tributos incidentes sobre a aquisição dos insumos utilizados.

e.5 – Indicar no Anexo M, considerando período de análise de subsídios, o valor do benefício usufruído pela peticionária, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos.

#### **Duty drawback scheme – DDS**

f.1 – Informar no Anexo I os reembolsos feitos pelo GOI à peticionária no período de investigação.

f.2 – Descrever o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes avaliar e controlar as relações de consumo de matérias-primas e insumos utilizados na fabricação do produto objeto da investigação.

f.3 - Esclarecer como o governo se certifica que o reembolso conferido às empresas é relativo apenas às exportações efetuadas no âmbito do DDS e como se certifica que não são conferidos reembolsos superiores ao que seria efetivamente devido.

#### **Merchandise Exports Incentive Scheme – MEIS**

g.1 – Indicar no Anexo H, considerando o período de vida útil média, a lista de *duty credit scrips* obtidos a partir do programa MEIS utilizados pela peticionária para a importação e a aquisição interna de bens de capital, componentes, peças sobressalentes, consumíveis, produtos intermediários, materiais de embalagem e matérias-primas importados e adquiridos localmente sob o regime MEIS, indicando os tributos que normalmente incidiriam e os tributos efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos dispensados.

g.2 – Indicar no Anexo H ainda, considerando o período de análise de subsídios, a lista de *duty credit scrips* obtidos a partir do programa MEIS utilizados pela peticionária para o pagamento de *service tax* na aquisição de serviços.

#### **Remission of Duties and Taxes on Export Products – RoDTEP**

h.1 – Indicar no Anexo H, considerando o período de análise de subsídios, a lista de *duty scrips* obtidos a partir do programa RoDTEP utilizados pela peticionária para a importação e, caso aplicável, a aquisição interna de bens de capital, componentes, peças sobressalentes, consumíveis, produtos intermediários, materiais de embalagem e matérias-primas, indicando os tributos aduaneiros que normalmente incidiriam e os tributos aduaneiros efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos aduaneiros dispensados.

##### **Anexo H.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre bens de capital e insumos importados e adquiridos internamente pelo programa RoDTEP, além do MEIS e do SHIS.**

CAMPO N. 1 - Tipo de programa

Explicação Informe o programa sob o qual a isenção de direitos aduaneiros ou tributos internos foi concedida à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

1 - RodTEP

2 - MEIS

3 - SHIS.

CAMPO N. 2 - Procedência da Aquisição

Explicação Informe o local de procedência do insumo ou do bem de capital, conforme a legenda que segue:

1 – Proveniente da Índia;

2 – Proveniente de SEZs, EOUs ou semelhantes no território indiano;

3 – Proveniente do exterior.

CAMPO N. 3 - Insumo ou bem de capital?

Explicação Informe se a importação foi referente a um insumo ou a um bem de capital, conforme a legenda que segue:

1 – Insumo;

2 – Bem de capital.

CAMPO N. 4 - Data da Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe a data da importação ou da aquisição interna.

CAMPO N. 5 - Número do Documento de Importação ou Aquisição Interna

Explicação Informe o número da fatura de entrada do produto no estabelecimento da empresa.

CAMPO N. 6 - Produto importado ou adquirido internamente – HS (Sistema Harmonizado)

Explicação Informe o código tarifário do produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 7 - Produto importado ou adquirido internamente – Descrição

Explicação Descreva sucintamente o produto. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 8 - Volume Importado ou Adquirido Internamente

Explicação Para bens de capital, informe o número de unidades. Para insumos, informe a quantidade em toneladas. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 9 - Valor CIF da Importação ou Aquisição Interna (US$)

Explicação Informe o valor CIF em dólares estadunidenses do produto importado ou adquirido internamente. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

CAMPO N. 10 - Valor CIF da Importação ou Aquisição Interna – Moeda Local (informar moeda)

Explicação Informe o valor CIF em moeda local do produto importado ou adquirido internamente. Se houver mais de um produto associado a um mesmo crédito, preencha uma linha para cada produto.

Campo N.11 – Número do Certificado do Crédito.

Explicação Informe o número de certificado de crédito utilizado.

CAMPO N. 12 - Data do Crédito.

Explicação: Informe a data da concessão do crédito.

CAMPO N. 13 - Valor do Crédito (informar moeda)

Explicação Informe o valor total do crédito concedido pela autoridade indiana.

CAMPO N. 14 - Valor dos Direitos Devidos na Importação ou Aquisição Interna (informar moeda)

Explicação Informe o valor total dos tributos aduaneiros ou domésticos que seriam normalmente devidos na importação caso não fosse utilizado o crédito.

CAMPO N. 15 - Valor Utilizado do Crédito (informar moeda)

Explicação Informe o valor dos tributos aduaneiros ou domésticos incidentes na importação efetivamente dispensados por intermédio do crédito.

CAMPO N. 16 - Valor dos direitos efetivamente pagos (informar moeda)

Explicação Informe o valor efetivamente pago dos tributos incidentes na importação ou na aquisição interna.

#### **Export Credit Schemes: Pre-shipment and Post-shipment Export Financing**

i.1 – Indicar a taxa de juros que o Reserve Bank of India estabeleceu durante o período de análise de subsídios para os empréstimos nas modalidades Pre-shipment e post-shipment, discriminando a taxa básica utilizada e o *spread* bancário.

i.2 –Indicar a diferença entre a taxa de juros das operações de empréstimo normais na Índia e as taxas de juros no âmbito do programa Export Credit Schemes,.

i.3 – Esclarecer se há variação na taxa de juros para empréstimos de curto e de longo prazo. Ainda, esclarecer quais períodos são considerados pelo GOI como curto prazo e como longo prazo.

#### **Subseção 35(2AB) do Income Tax Act.**

j.1 – Considerando o período de análise de subsídios, indicar no Anexo N os benefícios usufruídos pela peticionária por meio desse programa, incluindo valores, data de recebimento e finalidades, apresentando a documentação necessária.

##### **Anexo N.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre as deduções no Income Tax permitidas pelas Subseções 35(2AB), 35CCC/35CCD, 80-IA e 80-IC do Income Tax Act.**

CAMPO N. 1 - Subseção do Income Tax Act

Explicação Informe a subseção do Income Tax Act pela qual foi concedida a dedução de Income Tax à empresa, conforme a legenda que segue:

1 - Subseção 35(2AB)

2 - Subseções 35CCC/35CCD

3 - Subseção 80-IA.

4 - Subseção 80-IC.

CAMPO N. 2 - Período Contábil da Concessão do Benefício

Explicação Informe o período contábil da concessão da dedução.

CAMPO N. 3 - Data do Usufruto Efetivo do Benefício

Explicação Informe a data do usufruto da dedução por parte da empresa.

CAMPO N. 4 - Valor de Income Tax a pagar (informar moeda)

Explicação Informe o valor total de Income Tax que seria pago pela empresa, caso não utilizasse a dedução.

CAMPO N. 5 - Valor do Benefício Usufruído (informar moeda)

Explicação Informe o valor total da dedução de Income Tax usufruída pela empresa.

CAMPO N. 6 - Valor de Income Tax Efetivamente Pago (informar moeda)

Explicação Informe o valor total de Income Tax efetivamente pago pela empresa, após o usufruto da dedução.

CAMPO N. 7 - Tipo do Documento Comprobatório

Explicação Informe o tipo do documento comprobatório da dedução usufruída pela empresa.

CAMPO N. 8 - Número do Documento Comprobatório

Explicação Informe o número do documento comprobatório da dedução usufruída pela empresa.

#### **Subseções 35CCC/35CCD do Income Tax Act.**

k.1 – Considerando o período de análise de subsídios, indicar no Anexo N os benefícios usufruídos pela peticionária por meio desse programa, incluindo valores, data de recebimento e finalidades, apresentando a documentação necessária.

#### **Subseção 80-IA do Income Tax Act.**

l.1 – Considerando o período de vida análise de subsídios, indicar no Anexo N os benefícios usufruídos pela peticionária por meio desse programa, incluindo valores, data de recebimento e finalidades, apresentando a documentação necessária.

l.2 – Caso a peticionária tenha usufruído de deduções permitidas por outras Subseções além das referidas nos itens i, j e k, responder às questões .1, .2 e .3 acima.

#### **Subseção 80-IC do Income Tax Act.**

m.1 – Considerando o período de análise de subsídios, indicar no Anexo N os benefícios usufruídos pela peticionária por meio desse programa, incluindo valores, data de recebimento e finalidades, apresentando a documentação necessária.

#### **Status Holder Incentive Scrip – SHIS**

n.1 – Indicar no Anexo H, considerando o período de vida útil média, a lista de *duty credit scrips* obtidos a partir do programa SHIS utilizados pela peticionária para a importação de bens de capital, componentes e peças sobressalentes, indicando os tributos aduaneiros que normalmente incidiriam e os tributos aduaneiros efetivamente recolhidos. Ainda, discriminar quais foram os tributos aduaneiros dispensados.

#### **Duty Free Import Authorisation – DFIA**

o.1 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado, e em quais quantidades, para o propósito do deferimento do certificado DFIA.

o.2 – Especifique quais são os postos aduaneiros utilizados pelas empresas sob investigação para fins do DFIA.

o.3 – Informe sobre a existência de exames adicionais (e.g. verificações, fiscalizações) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades quando da eventual concessão do certificado DFIA. Descreva com base em quais critérios e em que periodicidade estes exames ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos de agregação de valor mínimo.

o.4 – No que se refere à concessão de certificados, descreva como é efetuado o controle para que produtos exportados produzidos a partir de importações que já se beneficiaram de algum regime especial de remissão ou isenção de direitos aduaneiros não sejam utilizados para obtenção do DFIA. Descreva como os controles mantidos pela autoridade indiana contemplam as situações em que o titular de um certificado DFIA o transfere a terceiros.

o.5 – Descreva quais os critérios utilizados pela autoridade indiana competente na fixação da quantidade de produtos que poderá ser importada em cada certificado DFIA. Esclareça se exportações presumidas são consideradas no cálculo do DFIA. Apresente a memória de cálculo de um certificado. Explique como a autoridade indiana controla os direitos aduaneiros que deixam de ser pagos com base no certificado DFIA.

o.6 – Enumere quais direitos aduaneiros e demais taxas incidentes sobre a importação podem não ser pagos pelo beneficiário de um certificado DFIA. Especifique as diferenças entre os certificados DFIA, as autorizações AAS e os créditos DEPB, principalmente no que tange aos direitos aduaneiros que podem ser compensados/isentados com base nestes programas.

o.7 – Indicar no Anexo G as autorizações concedidas pela GOI à peticionária no período de investigação.

#### **Central Capital Investment Subsidy Scheme – CCISS**

p.1 – Informar no Anexo P todos os benefícios concedidos à peticionária por meio do programa.

p.2 – Apresentar, para o período de vida útil média, a lista de empresas indianas que usufruíram de benefícios concedidos pelo CCISS.

### **PROGRAMAS DE SUBSÍDIOS DO ESTADO DE MADHYA PRADESH, ÍNDIA:**

#### **Madhya Pradesh Industrial Policy**

q.1 – Informar no Anexo P todos os valores concedidos à peticionária por meio do programa.

##### **Anexo P.**

**Observação: neste anexo são solicitadas informações sobre os benefícios concedidos no âmbito do programa Madhya Pradesh Industrial Policy, além do CCISS.**

CAMPO N. 1 - Programa (CCISS ou Madhya Pradesh Industrial Policy)

Explicação Informe o programa sob o qual o benefício foi concedido à empresa ou à parte relacionada, conforme a legenda que segue:

1 – CCISS.

2 – Madhya Pradesh Industrial Policy.

CAMPO N. 2 - Tipo do Benefício

Explicação Informe se o benefício correspondeu a dispensa de tributos, doações, deduções ou outros tipos.

CAMPO N. 3 - Data do Usufruto do Benefício

Explicação Informe a data em que o benefício foi usufruído pela empresa.

CAMPO N. 4 - Valor do Benefício Usufruído (informar moeda)

Explicação Informe o valor do benefício usufruído pela empresa.

CAMPO N. 5 - Valor do Imposto Devido (informar moeda)

Explicação Caso o benefício tenha envolvido dispensa de tributos, informe o valor que seria normalmente devido, caso não tivesse ocorrido o benefício fiscal.

CAMPO N. 6 - Valor do Imposto Pago (informar moeda)

Explicação Caso o benefício tenha envolvido dispensa de tributos, informe o montante total dos tributos efetivamente pagos pela empresa.

CAMPO N. 7 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Descrição

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva a atividade realizada pela empresa.

CAMPO N. 8 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Data

Explicação Caso tenha havido uma atividade para usufruto do benefício, descreva a data da atividade realizada pela empresa.

CAMPO N. 9 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Valor (informar moeda)

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva seu valor.

CAMPO N. 10 - Atividade Realizada pela Empresa para Fins do Usufruto do Benefício – Alíquota

Explicação Caso tenha havido uma atividade prévia para usufruto do benefício, descreva a alíquota aplicada para o cálculo do benefício.

CAMPO N. 11 - Tipo do documento comprobatório

Explicação Descreva o tipo do documento comprobatório do benefício.

CAMPO N. 12 - Número do documento comprobatório

Explicação Apresente o número do documento comprobatório do benefício.

### **OUTROS PROGRAMAS DE SUBSÍDIOS**

Caso o GOI mantenha outros programas de subsídio não abordados neste questionário, mas que beneficiaram a peticionária, sejam eles **nacionais ou subnacionais**, explicar detalhadamente a natureza e a forma pela qual são concedidos os benefícios, bem como os montantes concedidos à peticionária durante o período de revisão, utilizando e renomeando os Anexos dos programas anteriores, conforme o caso. Anexar a legislação referente, os atos oficiais do governo relacionados ao regime, além de responder às perguntas da subseção B.1.

# APÊNDICE I

SRF Limited

# APÊNDICE II

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

PARTE INTERESSADA:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Certifico a veracidade das informações contidas neste questionário e estou ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação *in loco* pelo DECOM.

Autorizo o DECOM a utilizar as informações apresentadas neste questionário.

Estou ciente de que as informações apresentadas em caráter confidencial, desde que fundamentadas, serão tratadas como tal e não serão reveladas sem autorização expressa da parte que represento, observadas as disposições legais pertinentes.

Local e data

Assinatura do representante legal

Nome legível do representante legal

Cargo do representante legal

1. Duas empresas são consideradas relacionadas se: uma delas ocupa cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra; se forem legalmente reconhecidas como associados em negócios; forem empregador e empregado; qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou títulos emitidos com direito a voto de ambas; se uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas; se forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa; se juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa; ou se forem membros da mesma família; ou ainda se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores. [↑](#footnote-ref-2)